



Artigos

Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário¹

Julieta Paredes Carvajal

Mujeres Creando Comunidad, Asamblea de Feminismo Comunitario.

Tradução:

Tereza Spyer

¡DALE!, PPGICAL / UNILA.

¹ Este artigo foi originalmente publicado em espanhol, sob o título "Descolonizar las luchas: la propuesta del feminismo comunitario", na revista *Mandrágora* (ISSN 2176-0985), v. 24, n. 2, p. 145-160, 2018, Universidade Metodista de São Paulo. Agradecemos pela liberação para a tradução (Nota dos Editores).

Descolonizar as lutas: a proposta do Feminismo Comunitário

Resumo

O Feminismo Comunitário tem a característica de alcançar e mover os povos, especialmente as mulheres das cidades de Abya Yala (América). Porque ele nasceu do povo da Bolívia, que luta por sua libertação e pela construção do Viver Bem; da humanidade, da natureza e do planeta. Esse movimento, também nascido da necessidade, das mulheres dos povos originários e da classe trabalhadora que quer dar nome às suas práticas políticas e sonhos de vida. Nomear, conceituar, criando argumentos, fazendo os nossos discursos e desmistificando a gestão da palavra escrita é uma tarefa profundamente revolucionária, a de acreditar em nós e por nós. Tomar a palavra escrita, para que escrevamos e permaneçamos como um documento do que pensamos e sonhamos é fazer parte da memória explícita do Planeta. Vivemos em um mundo dominado pela cultura e pelo pensamento ocidentais, a cultura euro-ocidental continua sendo o centro da hegemonia, do poder no mundo. Precisamos, como humanidade, descolonizar nossas vidas, nossos corpos, nossas espiritualidades e, acima de tudo, nossas lutas neste domínio. Daí o Feminismo Comunitário descolonizar as nossas lutas como mulheres no território da Bolívia e nos posicionando, de frente para o mundo, com todas as nossas irmãs nos diferentes territórios em Abya Yala, que são tecidos de lutadores, no continente nasce um grande cobertor, um grande awayo, que abriga as esperanças e sonhos da Mãe Natureza e da humanidade que são suas filhas e filhos.

Palavras-chave: Feminismo Comunitário. Bolívia. Feminismo. Patriarcado. Entroncamento patriarcal.

Descolonizar las luchas: la propuesta del Feminismo Comunitario

Resumen

El Feminismo Comunitario tiene la característica de llegar y conmover a los pueblos, especialmente a las mujeres de los pueblos de Abya Yala (América). Porque nació de los pueblos de Bolivia, que luchamos por nuestra liberación y por construir el Vivir bien; de la humanidad, de la naturaleza y del planeta. Este movimiento también nace desde la necesidad de las mujeres de los pueblos originarios, y de la clase trabajadora, que queremos nombrar nuestras prácticas políticas y nombrar nuestros sueños de vida. Nombrar, conceptualizar, crear argumentos, elaborar nuestros discursos y desmitificar el manejo de la palabra escrita es una tarea profundamente revolucionaria, esto de creer en nosotras y nosotros. Tomar la palabra escrita, para que escribamos y quede documento de lo que pensamos y soñamos, es ser parte de la memoria explícita del Planeta. Vivimos en un mundo con dominio de la cultura y el pensamiento occidental, la cultura eurooccidental sigue siendo el centro de la hegemonía, del poder en el mundo. Necesitamos como humanidad descolonizar nuestras vidas, nuestros cuerpos, nuestras espiritualidades y sobre todo nuestras luchas de este dominio. De aquí nace el Feminismo Comunitario, que descoloniza nuestras luchas como mujeres en el territorio de Bolivia y nos posicionamos, de cara al mundo, junto a todas nuestras hermanas de los distintos territorios en Abya Yala, que son tejidos de luchadoras, en el continente como una gran manta, un gran awayo, que abriga las esperanzas y sueños de la Madre Naturaleza y de la humanidad que somos sus hijas e hijos.

Palabras clave: Feminismo Comunitario. Bolivia. Feminismo. Patriarcado. Entroncamento patriarcal.

Decolonize the struggles: the Communitarian Feminism proposal

Abstract:

Communitarian Feminism has the characteristic of reaching and moving the peoples, especially the women of the towns of Abya Mandrágora, v.24. n. 2, 2018, p. 145-160 147 Yala (America). Because it was born of the people of Bolivia, that we fight for our liberation and for building the Living well; of humanity, nature and the planet. This movement, also born from the need of the women of the original peoples, and of the working class that we want to name our political practices and name our dreams of life. Naming, conceptualizing, creating arguments, elaborating our discourses and demystifying the handling of the written word is a profoundly revolutionary task, that of believing in us and us. To take the written word, so that we write and remain a document of what we think and dream, is to be part of the explicit memory of the Planet. We live in a world dominated by Western culture and thought, the Euro-Western culture remains the center of hegemony, of power in the world. We need as a humanity to decolonize our lives, our bodies, our spiritualities and above all our struggles in this domain. This is the origin of Communitarian Feminism, which decolonizes our struggles as women in the territory of Bolivia and positions us, facing the world, together with all our sisters from the different territories in Abya Yala, which are woven as fighters, in the continent as a great blanket, a great awayo, that harbors the hopes and dreams of Mother Nature and humanity that are her daughters and sons.

Key Words: *Communitarian Feminism. Bolivia. Feminism. Patriarchy. Patriarchal junction.*







A energia convocante do Feminismo Comunitário de Abya Yala²

Foi o Feminismo Comunitário que propôs um espaço de discussão e de desafios descolonizadores, que nos chama a repensar, como corpos marginalizados, em todos os espaços da existência. Mas, ao mesmo tempo, corpos rebeldes. Convocamos a um espaço de reflexão, não de competitividade.

Dessa forma, parece necessário nos posicionarmos diante das atuais discussões sobre feminismo e dizer que é difícil revolucionar a construção de saberes apenas a partir da discussão da categoria de gênero, que é o espaço para a discussão de um feminismo neoliberal e liberal. É um espaço extremamente pequeno e mesquinho, com relação a todo o potencial das mulheres. É mesquinho porque o sistema patriarcal é reducionista, ignorante e predador de tudo de novo que é criado. O questionamento epistêmico de nossos povos deve ser proposto de maneira que seja um diálogo útil para as lutas dos povos do mundo.

As reflexões de algumas irmãs indígenas – acho que também as negras – estão localizadas dentro do que é chamado como reflexões sobre a colonialidade de gênero, que eu entendo como a visão racista de gênero ou também um modo de ler o gênero a partir da colonização de 1492. Certamente é um começo e é assim que algumas irmãs indígenas têm feito no continente; no entanto, as estratégias fagocíticas das academias funcionam imediatamente e as reflexões de nossas irmãs indígenas são absorvidas por um ecofeminismo, por um feminismo da diferença, ou são colocadas em feminismos decoloniais ou pós-coloniais. Acreditamos que estes compartimentos estanques não deixam de ser controlados pelo pensamento hegemônico e colonial do Ocidente.

Mesmo a estratégia epistêmica do Feminismo Comunitário, que logo iremos expor, não se salva da intenção fagocítica da academia, da manipulação de ONGs e da depredação de plagiadoras que nunca faltam. No entanto, apesar dessas tentativas, elas não podem conosco, pois não é fácil digerir um Feminismo Comunitário que, quando localizado no feminismo, deve questionar o próprio feminismo. Nós as questionamos em sua suposta legitimidade e vanguarda das lutas das mulheres no mundo. Ou o que supostamente seria politicamente correto para as mulheres no mundo. É por isso que hoje o Feminismo Comunitário é uma energia que convoca à reflexão, a criação e a cura do mundo. Longe de práticas lapidárias e competitivas entre as mulheres, convocamos a construir comunidade.

² Abya Yala é o nome dado ao continente americano pelo povo Kuna do Panamá e da Colômbia antes da chegada de Cristóvão Colombo e dos europeus. Significaria literalmente “terra em plena maturidade” ou “terra de sangue vital”. Os povos originários usam esse nome como uma reivindicação política, discursiva e descolonizadora.

O feminismo, como luta das mulheres, não é exclusividade das europeias-ocidentais

A Europa acredita que possui todos os conhecimentos, os pensamentos e as lutas válidas da humanidade. Por exemplo: se falamos de participação e organização política do povo, então imediatamente o chamam Democracia. Se falamos sobre a história de nossos povos do mundo, imediatamente se fala na Europa de “história universal” e se referem apenas à história da Europa. Se falamos de palavras como progresso, civilização, tecnologia, política, cultura, arte, razão, entre outras, o referente é a Europa Ocidental. Portanto, se falamos da luta das mulheres, o feminismo europeu é a referência mundial.

Ou seja, infelizmente nós, o resto das mulheres lutadoras do mundo, que pertencemos a outras culturas, modos de pensar e conhecimentos, temos que suportar em nossa história de lutas a comparação desqualificadora com o Ocidente. As mulheres construtoras das histórias de seus povos, infelizmente, são ignoradas porque existe um espaço de significados propostos hegemonicamente. O feminismo no mundo de hoje significa, para o bem e para o mal, a luta das mulheres que começa na Europa.

Portanto, é necessário entender a origem da palavra e a relação com nossas lutas. Desde 1492, devido à invasão colonial de nossos territórios, existem relações coloniais entre a Europa e Abya Yala, e isso significa que, entre outras coisas, na Europa eles pensam que inventaram as lutas das mulheres contra o patriarcado, acreditam que podem ensinar ao mundo modelos de sociedade e modelos de como lutar para alcançar a sociedade desejada.

É verdade que a palavra e o som de feminismo – e a maneira como a palavra é usada – vieram da Europa, como um acúmulo político desde a Revolução Francesa, em 1789. Mas elas, as europeias, não inventaram as lutas das mulheres no mundo, nem contra o patriarcado, nem contra as opressões. Nós temos nossa própria versão de luta. Também não podemos dizer que a Europa é o modelo de sociedade a qual o mundo pode aspirar.

Nossas avós, por exemplo, e sem conhecer as feministas europeias, lutaram contra as formas de dominação que lhes tocou viver antes da colonização de 1492. Nossas avós não eram a segunda opção em relação aos homens, elas tinham comando político, militar e logístico nas lutas, como nossa avó Bartolina Sisa, nos levantes indígenas de 1871.

A modernidade ocidental é um paradigma real?

A Europa nos fala sobre a modernidade e entre as coisas “modernas” a que se refere, estão os direitos das mulheres. Creio que é necessário que nos expliquem sua modernidade e os direitos das mulheres. Consideramos que a Europa põe uma máscara de atualidade, entendendo-se como atualidade o melhor que ocorreu na história. Põe essa máscara de modernidade ignorando o mundo que habitava os territórios de Abya Yala, ignorando como, ao explorar esses nossos territórios – trabalho e recursos naturais – toda essa riqueza foi aproveitada no usufruto da Europa, e graças a isso a acumulação original de capital e o capitalismo foram possíveis. A propósito, evocando Ignacio Sotelo, que diz:

O “moderno” evoca “romper” com o passado. Como escreveu Ignacio Sotelo, “implica a consciência de uma ruptura na continuidade histórica: o que era não é mais; se vivem novos tempos”. A modernidade é a ruptura com o mundo feudal. Sua constituição, no entanto, não era um fato instantâneo, mas um longo processo histórico no qual os diferentes aspectos e dimensões da civilização

ocidental (eurocêntrica) e seguindo cada um seus próprios ritmos e vicissitudes foram gradualmente se libertando de suas roupagens feudais. No nível das ideias, por exemplo, a modernização só pode ser considerada constituída após o acoplamento dos movimentos renascentista e iluminista (MARTIN, 2011, p. 266-267).

A Europa também foi responsável por significar e se apropriar da palavra modernidade, como um suposto, o melhor estágio de toda a humanidade, considerando o tempo como se fosse uma linha em que a Europa deixa para trás todos os povos e se assume como vanguarda “avançada”. Queremos questionar esse suposto estágio superior euro-ocidental – não é verdade, porque em Kollasuyo, que era a região que hoje é a Bolívia, em 1492, quando esse evento colonizador ocorre, por exemplo, a distribuição administrativa respondia ao poder do Inca, mas também havia autonomia nos territórios dominados e governados pelas autoridades locais, onde havia controle da fome e da saúde pública. Por outro lado, mulheres, nossas avós, participavam da vida política e das campanhas militares autonomamente, enquanto que na Europa essa participação não existia. Todas as mulheres no Kollasuyo possuíam terras, meio *tupu* ao nascer até morrerem. Se olharmos para a Europa, as mulheres não tinham terra e não participavam autonomamente nem da vida política, nem da militar. Então, quem estava na vanguarda em termos de direitos em 1492?

O Feminismo euro-ocidental contribuiu para as lutas das mulheres na Europa, isso não vamos negar, mas é bastante racista quando se trata de olhar para as lutas de mulheres de outros continentes como o nosso. Seu eurocentrismo as leva a imaginar que nos civilizam, que somente elas possuem os conceitos, que nos interpretarão. Que a partir desses centros de poder e imaginários, elas ditarão políticas para as mulheres em nível mundial – bem, graças ao colonialismo e ao imperialismo neoliberal, é isso que elas fazem. Mas isso não significa que, na verdade, elas nos interpretem, nem quer dizer que seus conceitos esgotem o significado do que somos nós, as indígenas de Abya Yala.

Em seu prefácio à obra de Mohammed Abed Al-Yabri, *Crítica de la razón árabe*, Pedro Martínez Montávez afirma: “Não há um espaço no qual não haja, individual e coletivamente, uma atividade pensadora. Crer e manter o oposto é, simplesmente, uma modalidade de racismo” (AMORÓS, 2004, p. 68).

O feminismo ocidental, como significado, não compreende as mulheres de nossos territórios de Abya Yala – ainda que não tenhamos pedido que nos compreenda – e não nos compreenderá, no sentido de abranger e compreender nossa existência. Pressupõe que o que elas querem, nós queremos; ou pior, é o que devemos querer. Existem coordenações que podemos fazer e suas demandas são parcialmente aceitáveis para nós, mulheres do sul, pois podemos concordar com elas, por exemplo, na luta contra a violência dos homens em relação às mulheres, mas não concordaremos com outras questões, como a inclusão de mulheres no sistema patriarcal. Explico-me. Por exemplo: temos que lutar contra a violência doméstica, mas *também* devemos lutar contra a violência estrutural que beneficia as mulheres dos países ocidentais, porque com nosso trabalho e riqueza natural, se edifica o bem-estar do norte rico. Além disso, as mulheres da classe média e da burguesia, feministas automeadas, vivem privilégios às custas de nosso trabalho como mulheres no sul, além de também o trabalho dos homens de nossos povos. As mulheres feministas e não feministas na Europa estão incluídas no Bem-Estar Social de seus Estados e não dizem nem uma palavra sobre a expulsão de migrantes que procuram sobreviver, ou sobre os bombardeios da OTAN aos povos árabes.

Hoje em dia, no contexto latino-americano, essas feministas com privilégios fazem parte da direitização da sociedade. Um conjunto de feminismo burguês neoliberal, liberal e colonia-

lista; são detratoras de processos populares e minam os governos populares, com a desculpa de que os proletários, socialistas e indigenistas são machistas. É claro que eles são machistas, assim como o são os empresários, que são machistas de gravata, que exploram as mulheres trabalhadoras, lhes pagam menos e não pagam o trabalho doméstico; e, que, em função disso, acumulam cada vez mais riqueza. Sem contar o uso da prostituição, o tráfico de mulheres empobrecidas, o uso de mulheres em empréstimos usurários e no narcotráfico.

Chamarmo-nos feministas também é uma estratégia semântica

Por que, no meio dessas críticas que fazemos ao feminismo, nós nos chamamos de Feminismo Comunitário?

Dissemos que, para o bem ou para o mal, feminismo e feministas, têm um significado no mundo, ao qual chamamos de campo semântico imposto, claro que imposto hegemonicamente pela invasão da Europa, mas é importante, nesta fase de nossas lutas, posicionar-se no mundo e tomar decisões sobre esse fato. É claro que nós nos questionamos se seria melhor escolher outro nome para nossas lutas e, portanto, não participar do jogo do eurocentrismo. Certamente poderia ser uma estratégia, claro que sim! Mas nós escolhemos outra.

Tentamos primeiro inventar outro nome, para posicioná-lo ao lado do feminismo e, para isso, foi necessário investigar se antes outras mulheres tiveram esses mesmos questionamentos. Descobrimos que as feministas chicanas, nos anos de 1970 e 1980, fizeram a si mesmas as mesmas perguntas que nos fizemos e decidiram se chamar “mulheristas”, mas hoje esse nome poucas pessoas conhecem, e essas lutas não são conhecidas ou se conhece muito pouco. Não queremos ser uma anedota, neste momento da história precisamos posicionar outra maneira de ver o mundo, porque o planeta Terra e a vida estão em grande perigo. É hora de questionar todas as hegemonias e todos os poderes conhecidos.

Outro fato que nos fez refletir, se nos chamamos feministas ou não, é o que se refere à relação entre dois conceitos, Cosmovisão Indígena e Filosofia. Quando conversamos com nossos irmãos indígenas, eles dizem que a cosmovisão indígena é muito mais que a filosofia ocidental. Pode ser... No entanto, quem conhece e reconhece isso como um fato? Ninguém. A filosofia segue sendo a que manda. Vemos que o gerenciamento de *relações semânticas* não é uma questão de voluntarismo. Entendemos por *relações semânticas* aquelas que têm a ver com os aspectos hierárquicos do significado, o sentido ou interpretação dos signos, sejam linguísticos como símbolos, palavras, expressões ou representações formalizadas. Não é uma questão de voluntarismo: há uma colonização da linguagem, é um fato. Portanto, não se trata de fechar os olhos e dizer que o colonialismo não vai “nos comer”. Nos fagocitam desde as academias.

Mesmo colocando muito esforço e boa vontade, por exemplo, as cosmovisões indígenas e, com esse nome, desde as hegemonias do pensamento, as interpretações vão sempre privilegiar o significado eurocêntrico. As relações são o oposto do que supõe e dizem nossos irmãos indigenistas a respeito da filosofia. As coisas dos índios são cosmovisão e o pensamento de “culto” é europeu, portanto; é filosofia.

A consequência dessa afirmação é que os índios não são filósofos, ou pior, os índios não podem ser filósofos, eles apenas conseguem ter e criar cosmovisões. O mesmo vale para a arte, que é uma atividade que se desenvolve sob os parâmetros da cultura ocidental; em vez disso, nossos trabalhos estéticos, que são desenvolvidos sob nossas sensibilidades estéticas, são chamados de artesanato.

Esse é o mundo em que vivemos, e nós, depois de refletir, decidimos entrar no seu campo e disputar espaços semânticos, nos chamando de feministas também e, assim, em pé de igualdade, questionar o significado eurocêntrico deste termo, gerando um espaço para todas as mulheres do mundo para reconhecer nossos corpos e nossas lutas. Claro, também pelas nossas lutas na Bolívia e pelo nosso processo político de mudança.

Nós, Feministas Comunitárias, escolhemos a estratégia de combater o significado colonizador e combater as atribuições conceituais dos conceitos Feminismo e Feminista e, a partir daí, debater de que feminismo estamos falando, ou seja, que significado estamos dando ao feminismo.

Nós, ao nos nomearmos Feministas Comunitárias, não imitamos a Europa e os EUA. Desafiemos a soberba, convocamos ao diálogo e, em seu próprio campo semântico, disputamos o conteúdo. Celia Amorós, feminista espanhola, diz:

De fato, imitar o espírito crítico da potência colonizadora que – teoricamente, pelo menos – exporta e induz a ilustração, apenas demonstraria por parte da potência receptora que carece de seu próprio espírito crítico, uma vez que, de forma acrítica, está imitando-o (AMORÓS, 2004 p. 69).

Nós, do Feminismo Comunitário, não imitamos, nem só criticamos, convocamos e disputamos o campo semântico do feminismo ocidental e criamos conceitos que contribuem para nossos povos, porque entendemos que uma proposta, um pensamento, se não estiver vivo, se não responder e propor diante dos desafios do mundo de hoje, que é enfrentar um sistema desde diferentes lugares, será absorvido pelo próprio sistema e suas esperanças morrerão.

Chamar-nos feministas é deixar a porta aberta para a possibilidade de construir um movimento mundial de mulheres para construir a Comunidade de comunidades. É o reconhecimento da possibilidade de coordenação das lutas entre si e, principalmente, para construir com todas as mulheres, sem hierarquias ou privilégios.

O que irão nos ensinar que não sabemos

As políticas públicas dos governos, os programas das ONGs e os discursos das igrejas são visões colonizadoras, têm uma visão de nós, das mulheres indígenas, como se fôssemos as eternas ignorantes, as tolas, as incivilizadas ou – no “melhor” dos casos – somos as ingênuas e inocentes. Não é a partir da arrogância que dizemos e afirmamos isso, mesmo que soe muito duro. Nossas avós nos ensinaram respeito, mas também indignação quando chegam ao cúmulo. Este é o caso de como andam as relações entre as mulheres, especialmente no espaço do feminismo eurocentrado. que continuam e insistem em se posicionar como paradigma e direção política de todas as lutas das mulheres no mundo. São as autodenominadas politicamente corretas, o resto de nós tem milhares de defeitos e elas pretendem nos interpretar a partir de suas categorias moralistas e reducionistas. Sim, provavelmente temos muitos defeitos, mas a questão é: e quem não tem?

O Feminismo Comunitário já redefiniu o feminismo como um espaço de encontro e prestação de contas entre as mulheres. No entanto, o feminismo eurocentrado em todas as suas versões – incluindo anarquistas e autônomas – esforça-se para expulsar da discussão quem não esteja eurocentrada. Pretextos para isso não lhes faltam, desde dizer que não há nada de novo sob o sol, porque o pensamento eurocentrado já pensou sobre o que nossos corpos são e sentem, passando por legitimar plágios e usar de calúnias e difamações contra o Feminismo Comunitário. É claro que afetamos seus interesses mais profundamente, mas não deixa de nos

ultrajar ao ouvir as catalogações e opiniões sobre nós, Feministas Comunitárias. Existe a convicção de que nós, as mulheres indígenas, não teríamos percebido ou não poderíamos por nós mesmas perceber nossas situações de vida e que são as ONGs de igualdade de gênero ou os feminismos euro-ocidentais que nos libertarão, que nos dirão que somos pessoas.

Existem, precisamente, condições históricas para que nós, como indígenas, estejamos como estamos. Nós, Feministas Comunitárias, explicamos esse fato por meio do que chamamos de *Entroncamento Patriarcal* (PAREDES, 2010): o entroncamento de dois patriarcados, o colonial e o patriarcado indígena, que a partir de 1492 estão conectados, fazendo uma série de pactos entre homens, relações que moldam a situação atual das mulheres indígenas, de maior opressão e discriminação. Mas, ao mesmo tempo, reivindicamos nossas propostas. Atualmente, a proposta de despatriarcalização é uma das conquistas que tem o *Feminismo Comunitário*, como a palavra e a proposta do mundo das mulheres desde as lutas ancestrais (PAREDES, 2016).

Certamente há informações que, por enquanto, não sabemos nem conhecemos, mas quando falamos sobre a consciência de nossa dignidade, do autorreconhecimento, de que somos gente *jaq'e* – como dizemos em aimará – é claro que sabemos quem somos e o que nós queremos! Ninguém vai nos ensinar o que já sabemos, desde nossos corpos.

É claro que sabemos que nos dói sermos espancadas, que nos humilhem e matem, nossos próprios irmãos e companheiros, mas como resolvemos isso não vão decidir a partir de fora de nós, a partir de uma neocolonização ou colonização feminista de nossos corpos. O destino de nossos corpos nós é que vamos decidir em nossas organizações e comunidades. Lutando ao mesmo tempo contra as injustiças em que vivemos: homens, mulheres, pessoas intersexuais e a natureza por parte de um sistema de domínio. E, ao mesmo tempo, lutando contra o machismo e a violência em nossas comunidades e aldeias.

Não esperamos que isso seja entendido por ONGs, coletivos de feministas eurocentradas, as acadêmicas e intelectuais feministas e a própria esquerda, mas poderiam fazer um esforço, refletir minimamente que as mulheres indígenas são mulheres e que nós sabemos o que somos. Sabemos o que queremos e eles não devem ser juízes do que não sabem, porque desconhecem nossas estratégias. Há muito orgulho! Acreditamos que o respeito deve ser a base da relação, no entanto isso não acontece, sob o pretexto de que nossos irmãos indígenas seriam uns selvagens e que nós seríamos cúmplices ou igualmente selvagens como eles. Percebemos como nossa voz é menos considerada para nos converter em vítimas tuteladas, e há algumas indígenas que participam do jogo desses conceitos e são as reconhecidas, porque cumprem o papel que se espera de nós, indígenas: que sejamos as que nos queixamos, as vítimas e não as que decidimos, não as que nos defendemos e lutamos pelo nosso território-corpo e pela nossa terra e território.

Chama-me a atenção as muitas pesquisas sobre nós, mulheres indígenas e nossos povos originários, mas certamente não conheço nenhuma pesquisa sobre mulheres brancas, ou sobre mulheres acadêmicas ou mulheres feministas de partidos burgueses ou, por exemplo, a violência que homens brancos e burgueses exercem sobre elas e o que elas fazem a respeito. Poderiam ser bons objetos de pesquisa, sugerimos o fascismo e a direitização das mulheres, ou o racismo entre mulheres e o racismo de mulheres e homens das classes médias. Posso “pecar” por ignorância, mas que eu saiba as lutas e denúncias de violência as fazemos às mulheres a pé, às indígenas, às negras, às empobrecidas. As mulheres intelectuais, das ONGs e as mulheres políticas dos partidos falam em nome das pobres mulheres que sofrem violência e não falam delas porque, até o momento, elas não se reconhecem como “vítimas”, mas estão com pressa e estão à caça de mulheres indígenas ou empobrecidas que se declarem vítimas.

Essa é uma nova relação muito perversa, expressa hoje, por exemplo, no boom midiático e financiável do “Nem Uma a Menos”, que está presente em todos os meios de comunicação internacionais. Mas não estão ocupando o mesmo espaço a luta das mulheres indígenas contra o extrativismo e a destruição de nossos territórios ou a morte de milhares de mulheres e homens, meninas e meninos indígenas, na luta pela recuperação de terra e território, na “Demarcação Já”, no Brasil. Em contraposição às mulheres feministas politicamente corretas estamos nós, as mulheres nas lutas de nossos povos e que não têm cobertura midiática. Porque – o digo ironicamente – somos um punhado de “selvagens” que lutam ao mesmo tempo contra a violência daqueles que envenenam a Mãe Natureza e contra a violência sobre nossos corpos.

A Academia hoje

Acho que é necessário salientar que o interesse por nossos povos originários, no que diz respeito às pesquisas acadêmicas, deveria ser um espaço para a discussão, a reflexão e o questionamento. E, com o risco das suscetibilidades que normalmente bloqueiam os espaços de reflexão, queremos manifestar que, em geral e em particular, até o momento, não conhecem ou não consideram importante, por exemplo, a contribuição histórica feita pelo Feminismo Comunitário. Poucos são os espaços, como a revista *Mandrágora*, abertos à compreensão do lugar das mulheres indígenas nas histórias do mundo.

O Feminismo Comunitário já abriu um caminho para entender nossas histórias de lutas no livro *Hilando Fino*, em 2009, que inicia a contribuição escrita em livros do Feminismo Comunitário, suporte de documento que questionará não apenas as hegemonias, mas as lutas e o projeto de mundo que está sendo debatido hoje.

A maternidade

A maternidade, para o Feminismo Comunitário, não deixa de ser a tentativa de entender o caminho que fazemos nós, as mulheres indígenas, rumo à descolonização de nossos corpos e às práticas e pensamentos que emanam de nossos corpos. É por isso que é valioso ser mulher e ser uma mulher que luta no âmbito de que o que é pessoal é político.

Sem dúvida, a maternidade e o cuidado da vida de meninas e meninos em comunidade envolvem questionar os parâmetros individualistas de uma sociedade, da propriedade privada dos corpos, das *wawitas* (meninas e meninos), como dizemos em aimará. Esse fato, de partida, significa questionar a violência normativa dos pequenos corpos, que também ocorre em nossas comunidades, com as exigências de parâmetros de masculinidade e feminilidade, que também são impostos a meninos e meninas. Isso é o que nós temos chamado de relação de gênero indígena e, por isso mesmo, opressora na construção das relações entre homens e mulheres indígenas. É verdade que as comunidades indígenas trazem valores e é importante fortalecê-los, mas também é essencial assumir uma postura crítica em relação às práticas que reproduzem relações hierárquicas e violentas.

É responsabilidade da comunidade garantir a vida que cresce, mas isso não significa que, em última análise, são os pais e as mães que reivindicam o corpo do filho ou da filha, para o benefício econômico da família; são os cruzamentos presentes em nossas práticas sociais, em que se mesclam as ideologias, pensamentos e decisões que nós, mulheres e homens indígenas, tomamos sobre como criar nossas filhas e filhos.

É isso que devemos nos questionar no que se referem as propostas que temos como indígenas. É confortável reivindicar o corpo das *wawas* para o trabalho da família, mas quão sozinhas e sozinhos se sentem as mães e os pais dos 43 de Ayotzinapa, ou as mães dos desaparecidos e desaparecidas, na hora de reivindicar os corpos de suas *wawitas* lutadoras. Ou quão solitárias se sentem as mães das filhas que foram assassinadas por homens machistas e feminicidas. As meninas e os meninos também são das comunidades.

As espiritualidades

A colonização nos trouxe um Deus homem, estranho, que fez um contraste radical com a diversidade de energias espirituais que circulavam em nossos territórios, energias que eram e ainda são a razão dos ritos que nos conectam com uma transcendência da vida de nossa Mãe Natureza.

Coletamos todos os dias, em algumas comunidades, especialmente da Amazônia, uma espiritualidade para a vida, que se expressa em agradecer a Mãe Água, a Mãe Terra, a Mãe Chuva, a nossa existência. A colonização do sagrado nos levou ao reducionismo do monoteísmo patriarcal. Isso contribui para a hierarquia machista da vivência do sagrado e assim deixamos de lado o sagrado das múltiplas relações entre a humanidade e o sagrado nas relações da humanidade com a natureza.

Na colonização de nossos corpos e territórios, os defensores dos índios, como o Frei Bartolomé de las Casas, olharam principalmente para os índios, não para as índias. Fato que se repete novamente na chamada teologia da libertação, que olha em sua “Opção pelos pobres” para os pobres e não para as pobres. Para o pensamento religioso, as mulheres foram objeto de seu trabalho de evangelização, mas sempre em segundo lugar, depois dos homens. Os homens indígenas, por exemplo, foram reconhecidos como assistentes dos padres e pastores, as mulheres não.

Quão diferente era a vida de nossas avós antes da colonização, quando eram responsáveis pelos ritos de Paxsi mama, ou Mãe Luna e os avós do Tata Inti ou Pai Sol. Era diferente a vida das mulheres no que diz respeito ao sagrado, ritual e espiritual, quando o reconhecimento social era expressado por meio de um lugar igualitário para as mulheres nos territórios de Kollasuyo. Não vamos dizer que a vida de nossas tataravós era um paraíso, mas certamente estavam muito melhor do que estamos agora como mulheres indígenas. O que aconteceu? Bem, aconteceu a colonização e o Entronque Patriarcal.

Conclusões

O presente artigo é uma pincelada introdutória sobre que pensamento e movimento tem a organização social chamada Feminismo Comunitário da Abya Yala. O Feminismo Comunitário inicia um caminho de descolonização do feminismo, que originalmente se plasmou no livro *Hilando Fino*, no qual reconceitualizamos conceitos como feminismo, gênero e patriarcado, além de sua utilidade para as lutas de nossos povos. Também achamos útil esclarecer as diferenças de nossas raízes de pensamento, conhecimento e prática social do que são a Europa e os feminismos europeus, para poder assim falar da criação de um pensamento próprio.

Referências

AMORÓS, C. Por una ilustración multicultural. **Quaderns de filosofia i ciencia**, n. 43, p. 67-79, 2004.

MARTIN, L.G. La polémica en torno a la legitimidad del derecho penal moderno. **Revista Jurídica**, p. 265-335, 2011.

PAREDES, J. **Hilando fino, desde el Feminismo Comunitario**. La Paz: Mujeres Creando Comunidad, 2010.

PAREDES, J. **El desafío de la despatriarcalización**. La Paz: Feminismo Comunitario de Abya Yala, 2016.